

Moody's: restrições políticas afetam as projeções otimistas

Getúlio Bittencourt
de Nova York

Restrições fiscais e políticas no Brasil “deixam pouco espaço para otimismo a curto prazo”, informa nota divulgada ontem por um analista sênior da Moody's Investors Service, Ernesto Martinez-Alas. “Há pouca esperança de que o reeleito presidente Fernando Henrique Cardoso possa rapidamente reduzir o déficit federal ou aprovar as reformas estruturais necessárias para trazer os investidores externos de volta ao país”. Assim, a despeito de um provável pacote de ajuda do Fundo Monetário Internacional no futuro próximo, a Moody's não acredita que este será grande o suficiente para tranquilizar os investidores.

O tamanho e os termos do pacote de financiamento internacional para o Brasil “serão cruciais”, diz Martinez-Alas. Mas além disso, “nós estamos céticos sobre a possibilidade de o governo articular um pacote de política econômica convincente e bem equilibrado o suficiente para reduzir as taxas domésticas de juros sem pressionar a taxa de câmbio”.

O processo de negociação de reformas constitucionais para modificar itens estruturais na economia brasileira “é tortuoso e pode levar

meses”, diz a agência. Na opinião dela, “a economia brasileira requer ações mais rápidas”. Antes da eleição, diz a Moody's, o governo Cardoso sacou das reservas para sustentar a política que combina aperto monetário, política fiscal solta e moeda forte. Agora, será diferente.

A receita de Martinez-Alas para sustentar a política econômica do país agora “é uma solução de longo prazo, que tenha credibilidade, em relação ao crescente déficit fiscal”. Este ponto será decisivo para manter o investidor interno no mercado de títulos do governo, diz a agência, porque os juros não podem continuar em torno de 50% ao ano por muito tempo. Se isso acontecer, o investidor começará a duvidar da capacidade do governo pagá-lo.

A Moody's lembra que alguns investidores estrangeiros detinham títulos públicos antes do recente colapso russo em agosto, mas depois disso saíram do país — e ignora o fato de que a dívida interna brasileira é rolada meio compulsoriamente através dos bancos. Em 3 de setembro a agência rebaixou o crédito soberano da dívida externa do Brasil de “B1” para “B2”, e os depósitos externos de bancos brasileiros e bônus em real do governo para “Caal”.